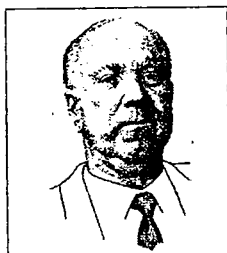


A questão federativa

Economia - Brasil

ESTADO DE SAO PAULO 08 ABR 1999



Nossa política ainda é muito provinciana e dominada por caciques regionais

Federação é a unidade na multiplicidade. O Brasil, com seus 500 anos de História, constitui uma multiplicidade regional fortemente caracterizada e personalizada, sem formar, com toda a exuberante riqueza social e cultural de suas partes, um todo unitário e coerente. Os diversos Estados e regiões brasileiros são como solistas que tocam sua música em separado e por conta própria, cada qual a sua partitura, sem formar a coesão de uma orquestra que soe em uníssono. Ou, ainda, o Brasil pode ser comparado a um arquipélago de regiões mal unidas e insolidárias entre si, incapazes de se articular numa totalidade real e efetiva. O que significa que o Brasil ainda não atingiu o estágio de verdadeira nação. Somos, no máximo, meia nação.

A centralização, da qual tanto nos queixamos, é centralização mais de ordem burocrática do que política. O Estado brasileiro não é e nunca foi um Estado forte, e sim um Estado "inchado" pelo excesso de matéria legislativa e regulamentadora, mas destituído de verdadeira autoridade.

A unidade nacional é obra, essencialmente, da ação política. Não se baseia na homogeneidade da raça, ou do território, ou da língua. Ao contrário, todo Estado nacional é, desde sua origem, multirracial, multirregional e, quase sempre, multilingüístico, como foi o caso de Roma, ou das nações européias, congregando povos, regiões e línguas as mais diversas, numa só e mesma unidade

política. E isso sem desrespeitar a personalidade regional nem absorvê-la no todo nacional. Daí queixar-se o general De Gaulle da dificuldade de governar a França, com toda a sua saborosa diferença, mais de 400 qualidades distintas de queijo...

A unidade nacional constitui uma superestrutura forjada unicamente pela política, acima das diferenças de raça, de região, de classe e de cultura de um povo. Melhor do que ninguém, disse-o Ortega, nas seguintes palavras lapidares: "Repito uma vez mais: a realidade que chamamos Estado não é a espontânea convivência de homens que a consangüinidade uniu. O Estado começa quando se obrigam a conviver grupos nativamente separados. Esta obrigação não consiste em nua violência, mas pressupõe um projeto incitativo, uma tarefa comum que se propõem os grupos dispersos. Antes de tudo, o Estado é projeto de um fazer e programa de colaboração. Chamam-se as gentes para que juntas façam algo. O Estado não é consangüinidade, nem unidade lingüística, nem unidade territorial, nem contigüidade de habitação. Não é nada material, inerte, dado e limitado. É puro dinamismo - a vontade de fazer algo em comum - e, graças a isso, a idéia estatal não está limitada por termo físico algum."

No Brasil, a Revolução de 64 pretendeu forjar a unidade nacional brasileira tomando por modelo o Brasil-potência. Foi o maior equívoco da direita ao longo da nossa História. Como

erigir nosso pobre país em potência soberana e desafiadora, se nem nos constituímos numa sociedade civil unida e politicamente integrada? Como aprenderíamos a marchar antes de aprendermos a andar? Como nos arrogarmos a pretensão de ser um Estado de segurança nacional, antes de ser um Estado simplesmente, um Estado de Direito institucionalmente organizado? O lema dominante do Brasil-potência era o famoso (e esquecido) "segurança e desenvolvimento". A esse binômio asfixiante certo autor veio contrapor um outro, bem mais arejado e descontraído: "Liberdade e participação." O propalado Brasil-potência seria um tigre de papel, mera fachada industrial-militar, sem nenhuma consistência interna, sem a estrutura social, jurídica e política que constitui o arcabouço e a carnação do verdadeiro Estado nacional. Este é um organismo vivo que, hoje, só a democracia é capaz de criar e manter, fora dos quartéis e livre da ordem unida.

O Império não foi capaz de atender a tempo ao clamor das províncias por autonomia. A República pretendeu desde logo federalizar o País, mas a fraqueza congênita do Estado brasileiro não pôde impedir que a Federação degenerasse em oligarquia, os Estados ricos e suas elites dirigentes se superpondo aos demais. Getúlio Vargas, ao instaurar o Estado Novo, poderia ter corrigido esse desequilíbrio. Infelizmente, o Estado Novo foi um Estado unipessoal, que nunca passou das mãos do ditador, quando deveria ser somente a fase de transição para uma efetiva Constituição liberal, um Congresso livre e partidos atuantes.

Os cientistas políticos Fernando Abrucio e Valeriano Ferreira Costa, em entrevista editada num dos últimos núme-

ros da revista *Veja*, apontam os fatores decisivos para a construção de um verdadeiro pacto federativo no Brasil: partidos nacionais e um projeto nacional. Faltam em nosso país autênticos partidos nacionais, porque nossa política ainda é muito provinciana e dominada por caciques regionais. Caberia aqui a observação de que o que temos de mais parecido com um partido nacional é o Partido dos Trabalhadores, o PT, também ele travado por dissensões internas e particularismos locais. É de esperar, ainda, que o PFL e o PSDB emergam como partidos nacionais em futuro próximo, tudo dependendo do relativo sucesso da atual política do presidente da República.

Quanto ao projeto nacional, os entrevistados negam que o atual governo sustente um. Afirmam que FHC tem um projeto de ajuste fiscal, "o que é fundamental, mas lhe falta o projeto nacional". Será mesmo? Fernando Henrique anda escarmentado por críticas sopradas dos quatro cantos, muitas das quais justas. Mas será que negar-lhe a promoção de um projeto nacional não seria uma injustiça? A palavra-chave das falas do presidente, em seus discursos e em suas entrevistas, desde que assumiu o primeiro mandato, é a palavra *rumo*. Não se cansa de insistir em que o Brasil está no "rumo" certo, que o governo tem "rumo", que a economia aponta para o "rumo" almejado, etc. Que rumo é esse, no qual tanto fala o presidente? Só pode ser um, o rumo do chamado Primeiro Mundo, implicando globalização com a devida e indispensável autonomia nacional e regional. O projeto nacional é supra-nacional e também regional.